

UMA COMUNIDADE RURAL ALENTEJANA

A Portuguese Rural Society, de J. CUTILEIRO ⁽¹⁾, é um estudo sócio-antropológico bastante profundo e completo, rico de pormenor e amplamente documentado, acerca dumha pequena comunidade alentejana. Constituiu o trabalho de tese de doutoramento apresentado em 1970 no St. Antony's College (Oxford), onde o autor esteve como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian.

A comunidade não é, propositadamente, identificada ⁽²⁾. Este facto, se à primeira vista (e pensando, por exemplo, nos trabalhos do Prof. JORGE DIAS) ⁽³⁾, pode parecer um pouco estranho, embora o autor se explique logo no prefácio, comprehende-se perfeitamente com o desenrolar do estudo, pois alguns dos problemas analisados são de tal modo íntimos, que teriam de permanecer no anonimato, já pelo respeito devido a entrevistados e inquiridos, já pelas condições políticas então vigentes no País.

A grande deficiência que, do ponto de vista geográfico, nos parece poder apontar-se é a falta de tratamento cartográfico para muitos dos dados recolhidos. Através de gráficos e mapas eles tornar-se-iam mais claros e de mais fácil análise.

A obra divide-se em 5 capítulos principais: 1) Posse da terra — Estratificação Social; 2) Família, Parentesco e Vizinhança; 3) Estrutura Política; 4) Patronato; 5) Religião.

Neste rápido resumo, e uma vez que ele se destina sobretudo a geógrafos, desenvolveremos apenas a introdução e o 1.º capítulo, por serem estes os mais directamente relacionados com aspectos geográficos.

INTRODUÇÃO

Na Introdução o autor começa por limitar a área em estudo (área de uma freguesia compreendendo o termo de cinco aldeias e uma vila), localizá-la (numa região do Sul de Portugal, junto à fronteira) e caracterizá-la (paisagem alentejana: peneplanície ondulada com campos de cereal e oliveiras, salpicada por montes isolados, vivendo a maioria da população em grandes aldeias, muitas vezes encravadas no latifúndio).

⁽¹⁾ J. CUTILEIRO, *A Portuguese Rural Society*, Oxford, Clarendon Press, 1971, 17+314 p. il.

⁽²⁾ Vila Velha não é difícil de identificar: Monsaraz, vila sede de concelho extinto em 1838.

O leitor estranho não conhecerá a terra, a gente dela não lerá um livro em inglês...

⁽³⁾ Onde até o nome dos informadores é indicado...

A sede da freguesia (Vila Velha, como lhe chama o autor) situa-se estrategicamente no cimo de uma elevação de onde domina todo o termo. O seu «sítio» alcandorado e a sua posição de fronteira fizeram dela um importante posto militar do passado. Dessa importância são reflexo o castelo e a muralha (ainda conservados) e um espaço urbano bem organizado, com uma praça rodeada de construções civis e religiosas e ruas bem planeadas, orientadas para o centro. Perdida a importância da função defensiva, decai, e hoje, conservando embora algumas funções religiosas e administrativas, a maioria destes serviços foi transferida para a nova vila, sede do concelho (Vila Nova, para o autor) que desde há muito suplanta a «Vila Velha».

Toda a descrição conduz à freguesia de Monsaraz, no concelho de Reguengos de Monsaraz.

A actividade agrícola, que ocupa a maioria da população, é fortemente condicionada pelos solos e pelo clima. Aqueles são no geral secos, pedregosos, com fina camada arável e requerendo longos pousios quando cultivados (apenas 10 p. 100 da superfície total têm terras de boa aptidão agrícola); este é de tipo mediterrâneo com grandes irregularidades na precipitação. É esta aliança, no conjunto, a principal responsável pela baixa produtividade das terras. Estas produzem, tal como as de outras regiões do Sul da Europa, condicionadas como estão aos traços ecológicos, trigo, aveia, cevada, oliveira e sobreiro. A criação de gado, sobretudo ovino e suíno, constitui o complemento desta agricultura pobre.

A propriedade é no geral grande (e mesmo muito grande), mas em torno das aldeias há uma área de minifúndio onde se fazem culturas hortícolas (sendo os seus proprietários, quase sempre, trabalhadores ou rendeiros das grandes herdades). O autor elaborou um mapa (a meu ver muito incompleto, pois falta-lhe a divisão cadastral da propriedade, que seria do maior interesse) com a distribuição geográfica das terras, que exemplifica o que acima se disse: pequena propriedade distribuída em volta das aldeias e a grande envolvendo-a pelo exterior (é, de resto, característica comum a quase todo o Alentejo). Dá-nos também, através de números, a perspectiva dessa distribuição. Assim, aos latifundiários absentistas cabem 54 p. 100 da área total da freguesia e 55 p. 100 do rendimento colectável (de salientar que só três deles têm, no conjunto, 42 p. 100 desse rendimento); aos 26 «proprietários» (categoria imediatamente abaixo, caracterizada por não trabalharem nas terras de outrem) cabem 21 p. 100 da área e 23 p. 100 do rendimento; os pequenos proprietários e seareiros têm os restantes 25 p. 100 da área e 22 p. 100 do rendimento, havendo ainda 286 trabalhadores sem terra.

Este sistema de divisão da propriedade em grandes tractos é consequência de condições históricas resultantes das dificuldades no povoamento destas áreas, quando definitivamente reconquistadas aos Mouros. Elas constituíram, no geral, doações a nobres e ordens militares e religiosas que se obrigavam a defendê-las e povoá-las.

Mas, no século XIX, toda uma vasta região onde esta se insere vai sofrer mudanças profundas e radicais, mercê de factores económicos,

tecnológicos e políticos. As grandes propriedades de ordens religiosas e casas nobres, deixadas incultas, são vendidas, não resultando porém, daí, uma equitativa distribuição de recursos entre a população rural. Bem pelo contrário, deu-se apenas a substituição de um grande latifundiário por outro. E é deste facto que vai derivar a actual estrutura social de «Vila Velha», como veremos adiante.

No que se refere aos movimentos da população, verifica-se que a curva da sua evolução reflecte, no conjunto, o movimento geral da população portuguesa: aumento contínuo até 1911, diminuição entre 1911-1920, aumento de 1920 a 1940 e diminuição progressiva a partir de então, consequência (sobretudo nos últimos anos) da atracção exercida por melhores salários na indústria e na construção civil dos arredores de Lisboa, e na Europa industrializada. Este facto tem levado ao despovoamento progressivo da região.

De entre a população activa apenas 40 indivíduos trabalham na indústria (numa fábrica de papel instalada há pouco). Por isso, quase toda a população continua dependente da terra e sujeita às grandes flutuações dos anos agrícolas (e suas respectivas consequências).

São as condições ecológicas que, actuando no tipo e método de cultura utilizados, vão, em última análise, explicar a estrutura social, a baixa densidade de população e ainda as condições de trabalho causadoras de desemprego. A elas haveria a acrescentar as medidas de carácter político tomadas pelo Governo (de que pode servir de exemplo toda a legislação tendente a proteger a cultura do trigo, que trouxe muitas consequências negativas).

A POSSE DA TERRA — ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Os problemas resultantes da evolução da posse das terras são, segundo o autor, «a pedra angular da estratificação social em 'Vila Velha' desde os fins do séc. XIX... Foi por esta altura que se deram as modificações mais importantes na apropriação das terras, que passam então dos antigos senhores (coroa, nobreza, ordens religiosas) para uma nova classe, ora em formação, de origem não aristocrática mas já próspera no Antigo Regime (ou a começar a sua ascensão) e que, aproveitando as vantagens da nova legislação e da propriedade livre, vai estabelecer as principais casas agrícolas que hoje se encontram. Por isso, os maiores proprietários e latifundiários locais ocuparam a actual posição (que já difere muito em riqueza e influência política do resto da população plebeia da qual muitos deles descendem) pelo começo deste século, não podendo nenhum reivindicar antepassados que tivessem riqueza semelhante em 1828.

A mudança social mais significativa na posse da terra — a única que afectou verdadeiramente as classes mais desfavorecidas — foi a resultante da partilha dos baldios (terrás da comunidade aproveitadas para pasto e sementeiras esporádicas). A divisão dos baldios segue-se o seu rápido reagrupamento nas mãos de um pequeno número de proprietários (nuns casos motivado pela incapacidade financeira dos explo-

radores, noutros pela debilidade e infertilidade das terras, etc.), o que vai privar os habitantes mais pobres de uma fonte potencial de rendimento. O desemprego sazonal agrava-se então.

Simultaneamente a este processo, a população aumentava e, se uma melhor distribuição dos recursos poderia ter evitado a miséria associada ao desemprego (uma vez que a produtividade agrícola, pela introdução de fertilizantes, também aumentava), essa divisão e consequente reagrupamento impediram a realização de qualquer empreendimento de tipo cooperativo. Teria sido esta a solução mais razoável de aproveitamento das terras em benefício da comunidade (dada a fraca rendibilidade dos solos e a necessidade de capital para a compra de fertilizantes).

Além desta consequência directa, resultante da partilha dos baldios, outras houve também negativas: a junta de freguesia ficou destituída de uma fonte importante de rendimento, o que se vai repercutir numa maior incapacidade de efectuar melhoramentos e, ao mesmo tempo, numa maior dependência em relação à Câmara; por outro lado, a legitimidade da actual distribuição é muitas vezes posta em causa (e, como exemplo, o autor transmite-nos a expressão por ele ouvida algumas vezes: «o rico roubou a terra do pobre»), sentimento que explicaria, por um lado, as greves rurais de 1911-1912 e 1962 e, por outro lado, a grande aceitação que o partido comunista tem nesta região, bem como o carácter independente do trabalhador em relação ao seu patrão.

Actualmente, devido às oportunidades que o exterior oferece e às crescentes dificuldades da economia local (ligadas à cultura do trigo), criou-se uma situação mais complexa que arrasta a uma progressiva desvalorização da terra. O autor vai referindo, ao longo da sua exposição, exemplos da diminuição desse valor, da venda de muitas propriedades e ainda da alteração no preço das rendas. Tudo isto contribuiu para um ceticismo acentuado sobre o futuro da agricultura local, o que leva os trabalhadores para uma emigração irreversível; mesmo os pequenos proprietários se vêem obrigados a vender as terras por baixo preço se não querem persistir na ruinosa actividade. O comportamento do emigrante é um bom exemplo para o que fica dito. Se anteriormente pretendia comprar terras, hoje, pelo contrário, procura vendê-las. Mas, apesar da alteração no valor tradicional da terra, é ainda a sua posse que determina os principais grupos sociais da população.

A situação resultante da evolução histórica da propriedade, causa primeira das grandes desigualdades na distribuição da riqueza, deu origem a graves crises de trabalho. Todas as tentativas feitas no sentido de as solucionar foram ineficazes porque nunca atingiram o cerne do problema: a distribuição dessa riqueza. Os «senhores» ajudavam os seus «servos» com esmolas (porque tinham sobretudo muito receio de entrar em luta aberta com eles, ou de perder mão-de-obra, caso esta emigrasse) mas, ao mesmo tempo, impediam qualquer tentativa de reforma agrária que o governo quisesse levar a cabo. Os trabalhos públicos efectuados, aproveitando o baixo preço da mão-de-obra, também não resolviam o problema.

Entre 1950 e 1954 há uma percentagem de desempregados que oscila entre 29 p. 100 e 45 p. 100. Ela só virá a diminuir depois de 1960 e como consequência da emigração. O trabalho do campo, «venerado» pelos velhos, é hoje olhado pelos mais jovens como humilhante e é na emigração que encontram a melhor forma de lutar contra ele.

Nas suas conclusões a este capítulo o autor faz algumas considerações explicativas de toda esta situação:

1.º — Embora havendo motivos para greves, só em duas ocasiões (e fazendo parte de um movimento geral que afectou a freguesia do exterior) elas se pronunciaram. Isto evidencia a dependência da região em relação ao mundo exterior.

2.º — O sistema político vigente não permitia a existência de qualquer associação que pudesse reivindicar, de modo sistemático, os direitos dos trabalhadores.

Assim, a falta de organização política, o medo e a repressão, bem como os laços e compromissos locais, funcionaram como mecanismos eficazes de controle político e social.

A emigração abriu o mundo ao trabalhador que, hoje, já não vê na posse da terra a única maneira de singrar na vida.

FAMÍLIA, PARENTESCO E VIZINHANÇA

É o estudo das relações inter-indivíduos e inter-grupos. De salientar, que estas relações dependem sempre da classe social a que o indivíduo pertence e diferem de umas classes para as outras.

São analisadas com pormenor, entre outras: relações pré-matrimoniais, relações, deveres e responsabilidades dos cônjuges, regras de comportamento, relações pais-filhos, relações de parentesco.

A tradicional estrutura coesa da família está sendo profundamente alterada, quer por influência dos salários auferidos na indústria, quer como consequência do alargamento do mundo que a vida militar traz ao mancebo, quer ainda como consequência da emigração.

ESTRUTURA POLÍTICA

O Estado Novo, com a sua organização corporativa, instaurou organismos reguladores da vida económica e que se destinam, em princípio, a resolver os conflitos entre o capital e o trabalho. As associações livres não eram autorizadas porque, neste sistema, o Estado é que dirige e controla. Estes objectivos fracassaram por completo, pois todos os organismos acabaram por ser manipulados por aqueles que supunham controlar. É o caso da Casa do Povo e do Grémio da Lavoura, destinados a promover o bem-estar dos trabalhadores rurais e ajuda financeira e técnica aos pequenos lavradores, mas que, sendo dirigidos pelos patrões, era sobretudo a estes que serviam, em prejuízo dos interesses daqueles que constituíram a razão da sua criação.

Por outro lado, o efeito da legislação do Estado Novo nos corpos tradicionais do governo local foi no sentido de aumentar a sua subor-

dinação à autoridade central. Foi isto que juntamente com o desencorajamento da actividade política, a abolição de partidos políticos, o estabelecimento de censura permanente na imprensa, etc., levou a grande massa da população a uma progressiva apatia política. As leis e instituições dos corpos políticos tornaram-se mais instrumentos do Governo que salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

Todos estes organismos se destinavam a servir o «bem comum». É claro, contudo, que os latifundiários manipulavam o trabalho daqueles corpos para seu próprio bem e, se este não coincidia com o «bem comum» havia um evidente conflito de interesses, aberto umas vezes, encapotado outras. Controlavam completamente os corpos administrativos, quer directamente, quer através dos seus mais eminentes apaniguados: as profissões liberais e o funcionalismo superior.

Assim, sob uma certa capa de isenção, o sistema era viciado desde a base (como o autor bem mostra para esta pequena comunidade), sujeito ao suborno, apodrecido...

PATRONATO

Neste tipo de sociedade, as relações pessoais com um «patrão» são mais importantes que os esforços colectivos, e mesmo os únicos meios para atingir os fins.

A inexistência de associações de trabalhadores, que pudessem defender os interesses das classes mais desfavorecidas, alia-se o declínio do patronato político e das relações paternalísticas de trabalho, que acabam com a criação da Casa do Povo, em 1947 (altura a partir da qual os ricos encontram justificação para não mais ajudarem os seus trabalhadores). Para estes, o pior período irá ser o de 1880 a 1950, quando já tinham desaparecido as terras comunais mas a emigração ainda não começara.

São todas estas circunstâncias que levam à necessidade de criação de laços pessoais com amigos ou simples «patrões». Este sistema de patronato ajuda a vencer algumas dificuldades que a pobreza e a falta de cultura que lhe anda associada criam na população. Mas tem um preço muito elevado: é o da concordância com os valores políticos, religiosos, familiares (sexuais) que o «patrão» considera desejáveis para os seus «clientes».

O uso do patronato como meio de controle social faz-se sentir principalmente nos campos familiar, religioso e político.

RELIGIÃO

Os mecanismos do patronato prolongam-se para o mundo sobrenatural através do estabelecimento de uma relação com os santos.

A importância relativa dos rituais religiosos tem decrescido, mas a localização de «Vila Velha» é marcada pela importância tradicional da religião. A vila está organizada em torno da praça onde a Igreja, visível muitas milhas em redor, é o edifício mais importante. Esta

importância tradicional da igreja católica é também evidenciada na linguagem popular, cheia de saudações, exclamações e outros elementos que tomam, muitas vezes, uma forma religiosa.

O papel das crenças e práticas religiosas cai principalmente no contexto do patronato religioso, que é, em muitos casos, tão limitado como o do patronato humano. São sobretudo as pessoas que têm o poder, e a religião não é o ópio nem a cura para a sua condição.

CONCLUSÃO

De todo o estudo ressalta, com muita importância, em «Vila Velha», a alteração do valor da terra, que poderá vir a modificar, nos próximos anos, a estrutura social e a diminuir mesmo o conflito de interesses entre proprietários e trabalhadores (que o autor tomou como trave mestra «para a compreensão sociológica de Vila Velha»). A «fome da terra» deu lugar à «aversão da terra».

Pode perguntar-se, tal como o autor, porque é que, numa província onde a distribuição da riqueza é tão desigual e onde a grande massa da população vive escassamente acima do nível de subsistência, a lei e a ordem podiam ser mantidas sem uso aparente da força, e não só a revolução social parece remota mas mesmo as tentativas reformistas têm sido tão poucas e falhadas?

Para explicar o fenómeno são apontadas algumas linhas:

1.º — Os postos-chave da administração não são electivos. Os vereadores são eleitos por um concelho municipal que é, ele próprio, apontado; a junta de freguesia é eleita pelos chefes de família mas os seus limitados poderes, a previsível antipatia das mais altas autoridades no caso de uma (qualquer) hipotética lista de alternativas aos candidatos oficiais e a ausência de livres partidos políticos, transformam aquelas eleições em nomeações «virtuais». Como consequência, as pessoas não costumam fazer escolha e tomar responsabilidades em matéria de governo local (e muito menos nos do governo central).

2.º — A ausência de partidos políticos tem contribuído para a manutenção da generalizada ignorância e apatia políticas. A União Nacional, muitas vezes descrita como o partido do Governo, não é exactamente um partido político e a sua estrutura é tão firmemente manipulada e controlada de cima, que não convida o grupo a expressar mais do que obediência aos ditames da sua comissão executiva. Os partidos republicanos desapareceram, ou existem apenas em nome. O único partido político ilegal existente é o partido comunista, cuja aderência nasce mais de crenças semi-religiosas do que de argumentos políticos racionais.

Durante os últimos 40 anos aqueles factores — as características do sistema administrativo e corporativo e as características da vida política, num sentido mais lato — parecem ao autor os principais responsáveis pela ausência de tentativas dos trabalhadores no sentido de subverter a actual ordem da estratificação social ou militar, substancialmente, as suas mais injustas características. A aparente aceitação

da ordem social encontra uma explicação na natureza do sistema político. Tanto localmente, como do exterior, pouco ou nada pode ser organizado para alterar a ordem presente.

Dados estatísticos para a freguesia e para o concelho e um gráfico da evolução do desemprego na freguesia completam este magnífico estudo de que procuramos condensar os aspectos que mais importam aos geógrafos. Dado o seu carácter modelar, merecia ser traduzido em português e figurar junto das monografias de aldeias comunitárias de JORGE DIAS.

MARIA JOÃO QUEIROZ ROSEIRA